This document was translated from English by machine and may contain mistakes. The English original is at https://www.novaracg.com/2026/08/25/when-local-government-automates-an-accusation/.

Quando o governo local automatiza uma acusação

Heather Grizzle · August 25, 2026

Uma citação contestada de câmera de semáforo vermelho revela como a fiscalização automatizada, os fornecedores privados, os dados públicos e a fraca responsabilização criam riscos de governança local de IA.

Conteúdo

1. A observação se transformou em atribuição
2. A revisão humana pode ter sido mais limitada do que se anunciava
3. O ônus foi transferido para o morador
4. A fiscalização pública foi canalizada por infraestrutura privada
5. A responsabilização se tornou suficientemente distribuída a ponto de desaparecer
6. Onde a detecção se torna poder
7. O que a licitação deve governar

O que uma multa contestada de câmera de semáforo revela sobre governança de IA, fornecedores privados, dados públicos e responsabilização institucional

Novara Consulting Group | Governança de IA × Governo Local | Agosto de 2026

A resident opens an envelope from his city and finds an accusation inside: a photograph of an intersection, a timestamp, an enlarged image of a license plate, and a demand for payment. The vehicle is registered to him. He says he was miles away when the photograph was taken. The instinctive question, and the one around which most disputes of this kind are argued, is whether the camera worked. Was the plate read correctly, was the light truly red, was the equipment calibrated and certified. Those

questions matter, and they are also the smallest questions available. Assume, for the sake of the institution's best case, that the answer to every one of them is yes. Assume the camera performed exactly as designed and the process operated exactly as written. The governance problem survives intact, because the camera never observed the thing the citation asserts. It observed a vehicle. The citation accuses a person.

Um programa de fiscalização automatizada não é uma câmera. É uma cadeia de inferências. Um sensor observa um evento. Um software associa o evento a um registro. Um processo administrativo converte a associação em uma alegação. A alegação inicia a fiscalização contra um indivíduo identificado. Cada elo dessa cadeia é uma decisão que o governo tomou, independentemente de alguém dentro da instituição vivenciá-la como tal, e um governo local não se exime da responsabilidade por essas decisões ao inserir um sistema automatizado e um contratado privado entre si e o público. Quando a tecnologia observa um evento, o associa a um registro, gera uma alegação e inicia a fiscalização, cada inferência dessa cadeia deve ser governada. A questão não é simplesmente se a câmera leu corretamente a placa do veículo. É se o governo consegue justificar como evidências sobre um veículo se transformaram em uma acusação contra uma pessoa.

Uma multa de trânsito contestada é um caso pequeno, de consequências pequenas, o que é precisamente o que o torna útil. Nessa escala, cada componente do sistema pode ser examinado, e o padrão de falha que o caso expõe não é específico de câmeras de trânsito. É o padrão de falha padrão dos sistemas de decisão automatizada implantados por instituições públicas. Cinco falhas merecem atenção, e nenhuma delas diz respeito à câmera.

A observação se transformou em atribuição

O sistema teria constatado que um veículo entrou no cruzamento contra o sinal. Se isso for exato, trata-se de uma conquista probatória genuína: um registro fotográfico com data e hora de um evento, produzido sem a presença de um agente. Mas o evento que o sistema registrou não é a conduta que a multa alega. O sistema estabeleceu o que um veículo fez. Não estabeleceu nada sobre quem estava dirigindo. O processo de fiscalização tratou a propriedade registrada como suficiente para iniciar uma acusação e, ao fazê-lo, converteu um fato sobre um objeto em uma alegação sobre uma pessoa sem jamais obter a evidência que essa conversão exige.

That conversion is not a technical step. It is a legal and institutional one, and in most photo enforcement regimes it is accomplished by statute rather than by proof. Owner liability rules exist because identifying drivers is difficult and citing owners is administratively easy, and legislatures in many states have made that trade deliberately, usually by defining the violation as civil and attaching liability to the registration record. A government may be entitled to make that trade. It is not entitled to make it invisibly. When a citation arrives styled as a finding about the recipient's conduct while the underlying record supports only a finding about the recipient's property, the institution has overstated its own evidence. This is a recurring failure across automated governance generally: systems produce facts about objects, records, and proxies, and institutions quietly promote those facts into claims about people.

A revisão humana pode ter sido mais limitada do que se anunciava

Programas desse tipo são rotineiramente defendidos com uma frase que soa como governança: um agente revisa cada multa antes de ser emitida. A frase merece uma pergunta de acompanhamento que raramente recebe, que é o que, exatamente, o agente revisa. Se a revisão consistiu em confirmar que a placa na fotografia corresponde ao veículo no banco de dados de registro, então o ser humano validou o único elo da cadeia que a máquina trata melhor e deixou intocado o único elo que a máquina não pode abordar de forma alguma, a saber, a identidade do motorista. A inferência material, a inferência da qual a responsabilidade realmente depende, passou pelo processo sem ser examinada por ninguém.

"Human in the loop" is a governance claim, not a staffing description. It carries weight only when the human is positioned, authorized, and equipped to evaluate the inference that matters, and holds genuine discretion to stop the process when the evidence does not support it. A reviewer whose function is confined to confirming what the machine has already established is not performing oversight; the reviewer is performing ratification. Institutions that advertise human review owe the public a precise account of what the human examines, what the human is empowered to decline, and how often the reviewer actually declines. Where that account cannot be produced, the phrase is doing reassurance work that the process itself is not doing.

O ônus foi transferido para o morador

A terceira falha decorre das duas primeiras. Como o sistema não conseguia estabelecer quem estava dirigindo, e a revisão não tentou fazê-lo, o programa resolveu a questão da identidade transferindo-a. Em vez de o governo estabelecer quem cometeu a infração antes de fazer uma acusação, exigiu-se que o proprietário registrado entrasse em um processo administrativo, fornecesse informações e redirecionasse a responsabilidade, em alguns regimes identificando o motorista real e em outros documentando sua própria ausência. A contestabilidade existia, mas existia apenas depois que o sistema já havia agido, e a consequência padrão de não fazer nada era a responsabilização. A sequência importa. Uma acusação que precisa ser ativamente afastada é um exercício de poder diferente de uma acusação que precisa primeiro ser provada.

Courts have recognized this structure before. In State v. Kuhlman (Minn. 2007), the Minnesota Supreme Court invalidated Minneapolis's photo enforcement ordinance, holding that it conflicted with the state's uniform traffic laws and reasoning that its presumption that the registered owner was the driver eliminated the presumption of innocence and shifted the burden of proof onto the accused. The lesson of that decision is not that automated enforcement is inherently unlawful. It is that burden allocation is a governance decision of the first order. Deciding who must prove what, at what cost, on what timeline, and with what consequence for silence is a decision about the relationship between the state and the people it governs. It cannot be inherited by default from a vendor's workflow, and residents should not discover how it was made for the first time when the envelope arrives.

A fiscalização pública foi canalizada por infraestrutura privada

Every element of the accusation resides somewhere, and in a vendor-operated program much of it may reside outside the government. Images, plate reads, timestamps, registration lookups, violation records, payment data, and the contents of residents' challenges may pass through, or be stored on, systems the contractor builds and controls. The public is entitled to precise answers to unglamorous questions: who can access the information and under what authorization; where it is stored and under which jurisdiction's law; how long it is retained, and whether retention tracks the disposition of the citation or the convenience of the vendor; whether it may be reused, aggregated, analyzed, or sold in any form; and what becomes of it when the contract ends,

when the vendor is acquired, or when the vendor fails. A resident cannot opt out of being photographed by an enforcement program at a public intersection. Data generated under that kind of compelled exposure is an artifact of public authority, and its governance cannot default to the terms of a commercial agreement the public has never seen.

These are not hypothetical anxieties in this particular market. Photo enforcement has a documented history of misaligned incentives, including compensation structures that paid contractors per citation issued, and of procurement corruption, most prominently the bribery scheme surrounding Chicago's red-light program, which produced federal convictions. Texas responded to years of controversy by banning red-light cameras statewide in 2019. None of this establishes that vendors are bad actors. It establishes that vendors are vendors: private firms with commercial incentives, operating inside a function that is supposed to answer to entirely different incentives. That is a condition to be governed rather than an accusation to be litigated, and it is governable only in the contract.

A responsabilização se tornou suficientemente distribuída a ponto de desaparecer

Pergunte quem é responsável pela acusação e o programa responde em fragmentos. A câmera detectou o evento. O fornecedor operou o sistema. Um agente verificou a placa. A cidade autorizou o programa. A lei estadual estruturou a multa. Cada participante pode relatar com veracidade que sua própria função limitada operou conforme projetado, e cada um está correto dentro de seus próprios limites. No entanto, os resultados dessas funções se combinaram em uma acusação governamental contra uma pessoa específica que diz estar a quilômetros de distância, e nenhum participante isolado é dono do ato composto.

Esse é o mecanismo silencioso pelo qual a automação dissolve a responsabilização, não por meio de má-fé ou mau funcionamento, mas por meio da decomposição. A responsabilidade é dividida em componentes até que não exista em lugar nenhum em particular. A governança existe precisamente para evitar esse resultado. Em algum lugar da instituição deve haver um cargo, ocupado por uma pessoa com nome, que seja responsável pelas alegações que o sistema faz sobre membros do público, habilitada a responder por essas alegações e obrigada a corrigi-las. Se ninguém dentro do progra-

ma puder dizer que a acusação era sua, o governo construiu uma máquina para produzir acusações que ninguém está disposto a assumir.

Onde a detecção se torna poder

O sistema pode ter identificado com precisão um veículo, enquanto a instituição atribuiu de forma imprecisa uma conduta a uma pessoa. Essa não é apenas uma distinção técnica. É o ponto em que a detecção automatizada se transforma em poder governamental. Quase tudo que os processos de licitação atualmente avaliam está do lado da detecção dessa linha: precisão do equipamento, certificações do fornecedor, cronogramas de calibração, compromissos de tempo de atividade, preço unitário. Quase tudo que importa institucionalmente está do lado da atribuição: o que a evidência pode sustentar, quais inferências o governo se permite tirar da saída da máquina, quem arca com o ônus quando uma inferência é contestada e quem responde quando ela está errada. Uma licitação que escrutina a câmera e presume a acusação avaliou o produto e ignorou o poder.

None of this turns on whether the components involved qualify as artificial intelligence. Plate recognition is machine vision; much of the rest may be ordinary software and administrative workflow. The governance obligation attaches to the inference chain, not to the sophistication of the code, which is why the pattern generalizes. The same chain, observation to association to allegation to enforcement, sits inside gunshot detection, benefits fraud detection, automated license suspension, and every comparable system a local government buys. Michigan′s automated unemployment insurance system, which falsely accused tens of thousands of residents of fraud before audits and litigation caught up with it, was this same architecture operating at catastrophic scale. The red-light camera is simply the version small enough to see whole.

O que a licitação deve governar

Governos locais não estão simplesmente comprando câmeras, algoritmos ou plataformas administrativas. Estão comprando sistemas que participam da autoridade pública, e é na licitação que essa participação é definida. É também o último momento em que o governo detém pleno poder de barganha. Antes da assinatura, todos os termos estão disponíveis. Depois da implantação, a governança se transforma em reparação.

A licitação deve, portanto, governar mais do que desempenho e preço. Deve governar a evidência, exigindo que o contrato e a própria multa declarem com precisão o que o sistema pode e não pode estabelecer. Deve governar a inferência, especificando quais conversões da saída da máquina para a alegação legal são permitidas e quem autoriza cada uma. Deve governar os dados, estabelecendo custódia, acesso, retenção, reutilização, segurança e saída antes que a primeira imagem seja captada. Deve governar a revisão humana, definindo o que o revisor deve determinar de forma independente e conferindo ao revisor autoridade real para impedir a emissão. Deve governar a contestabilidade, prestando contas com honestidade sobre o ônus que o programa impõe aos moradores e defendendo publicamente essa alocação. Deve governar os incentivos do fornecedor, desvinculando a remuneração do volume de fiscalização. E deve governar a responsabilidade, nomeando o cargo que responde pelo que o sistema faz às pessoas que ele atinge.

None of this is utopian, because some of it is already law. When Minnesota returned to automated enforcement in 2024, nearly two decades after Kuhlman, it did so through state legislation authorizing a narrowly conditioned four-year pilot rather than through local ordinance. The statute requires a warning for a first violation, mandates advance signage and published camera locations, requires independent evaluation and reports to the legislature, prohibits paying private contractors based on the number of violations or citations issued, and requires the implementing government to audit its vendor′s data practices. Whatever one concludes about the wisdom of the program, the instrument is instructive. The difference between the ordinance the Minnesota Supreme Court struck down and the pilot the legislature authorized is not the camera. It is the governance written around the camera, before deployment, in enforceable terms. That is the discipline Novara Consulting Group practices as Operational AI Governance™: converting governance principles into instruments a procurement office can actually execute while the government still holds the pen.

Um governo pode terceirizar a tecnologia. Não pode terceirizar seu dever de justificar ao público o que essa tecnologia faz.

TIPS

Know something about a sign language AI system that the public should know? Send it to tips@novaracg.com. Every tip is read by me and kept confidential. If you work in the UK, writing to us is not by itself a protected disclosure under the Public Interest Disclosure Act 1998, so before you share employer information, check your options with Protect (protect-advice.org.uk), the free whistleblowing advice line.

Como citar

Grizzle, H. M. (2026, August 25). Quando o governo local automatiza uma acusação. Novara Consulting Group. https://doi.org/10.5281/zenodo.23003321